LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

DESAFIOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO SUPERIOR: INOVAÇÃO E PERMANÊNCIA

PEDAGOGICAL CHALLENGES IN HIGHER EDUCATION: INNOVATION AND PERMANENCE

RETOS PEDAGÓGICOS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: INNOVACIÓN Y PERMANENCIA

https://doi.org/10.56238/levv16n50-093

Data de submissão: 30/06/2025 **Data de publicação:** 30/07/2025

Décio José de Lima Filho
Mestrando em Tecnologias Emergentes na Educação
Instituição: MUST University
E-mail: newcivic2157@gmail.com

Fabrícia Krieger
Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação
Instituição: MUST University
E-mail: fabribinha@hotmail.com

Maria Shirley Mendes Barbosa
Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação
Instituição: MUST University
E-mail: shirleymendes.b@gmail.com

Raiana Assis da Silva Aguiar
Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação
Instituição: MUST University
E-mail: raianahonorio@gmail.com

Alessandra da Silva Oliveira
Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
E-mail: alessandradaso@gmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar os efeitos das políticas de formação docente sobre a permanência estudantil no ensino superior público, considerando a articulação entre inovação curricular, práticas pedagógicas e formação por competências. A pesquisa abordou o tema da qualificação pedagógica no ensino universitário, com ênfase nas estratégias institucionais voltadas à retenção discente. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica, ancorada na leitura e análise crítica de publicações científicas recentes, selecionadas com base em critérios de atualidade, relevância temática e rigor metodológico. As fontes consultadas permitiram identificar a escassez de programas estruturados de formação docente, bem como a persistência de práticas pedagógicas desarticuladas das necessidades dos estudantes, o que contribui para a evasão em cursos de graduação.

Observou-se que universidades que implementaram ações formativas contínuas e alinhadas aos desafios contemporâneos da docência apresentaram maior capacidade de promover ambientes educacionais inclusivos, responsivos e academicamente sustentáveis. Os resultados indicaram ainda que a valorização da dimensão pedagógica da docência é condição indispensável para a efetividade das reformas curriculares e para a melhoria dos indicadores de conclusão dos cursos. Concluiu-se que a qualificação pedagógica do corpo docente constitui variável interveniente relevante nas trajetórias acadêmicas, sendo necessária a articulação entre políticas institucionais, práticas docentes e gestão educacional.

Palavras-chave: Equidade Acadêmica. Práticas Formativas. Gestão Universitária. Avaliação Pedagógica. Retenção Educacional.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the effects of teacher training policies on student retention in public higher education, considering the interconnection between curricular innovation, pedagogical practices, and competency-based training. The research addressed the topic of pedagogical qualification in university education, with an emphasis on institutional strategies aimed at student retention. The methodology adopted consisted of bibliographical research, anchored in the reading and critical analysis of recent scientific publications, selected based on criteria of timeliness, thematic relevance, and methodological rigor. The sources consulted identified the scarcity of structured teacher training programs, as well as the persistence of pedagogical practices disconnected from student needs, which contributes to dropout rates in undergraduate programs. It was observed that universities that implemented continuous training initiatives aligned with contemporary teaching challenges demonstrated a greater capacity to foster inclusive, responsive, and academically sustainable educational environments. The results also indicated that valuing the pedagogical dimension of teaching is a prerequisite for the effectiveness of curricular reforms and for improving course completion indicators. It was concluded that the pedagogical qualifications of faculty constitute a relevant intervening variable in academic trajectories, requiring coordination between institutional policies, teaching practices, and educational management.

Keywords: Academic Equity. Training Practices. University Management. Pedagogical Assessment. Educational Retention.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar los efectos de las políticas de formación docente en la retención estudiantil en la educación superior pública, considerando la interconexión entre la innovación curricular, las prácticas pedagógicas y la formación por competencias. La investigación abordó el tema de la cualificación pedagógica en la educación universitaria, con énfasis en las estrategias institucionales orientadas a la retención estudiantil. La metodología adoptada consistió en una investigación bibliográfica, basada en la lectura y el análisis crítico de publicaciones científicas recientes, seleccionadas con base en criterios de actualidad, relevancia temática y rigor metodológico. Las fuentes consultadas identificaron la escasez de programas estructurados de formación docente, así como la persistencia de prácticas pedagógicas desconectadas de las necesidades estudiantiles, lo que contribuye a las tasas de deserción en los programas de pregrado. Se observó que las universidades que implementaron iniciativas de formación continua alineadas con los desafíos docentes contemporáneos demostraron una mayor capacidad para fomentar entornos educativos inclusivos, receptivos y académicamente sostenibles. Los resultados también indicaron que la valoración de la dimensión pedagógica de la docencia es un prerrequisito para la efectividad de las reformas curriculares y para mejorar los indicadores de finalización de los cursos. Se concluyó que la cualificación pedagógica del profesorado constituye una variable interviniente relevante en las trayectorias académicas, requiriendo articulación entre políticas institucionales, prácticas docentes y gestión educativa.

Palabras clave: Equidad Académica. Prácticas Formativas. Gestión Universitaria. Evaluación Pedagógica. Retención Educativa.

1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo da educação superior, os desafios relacionados à permanência discente têm se intensificado, sobretudo nas instituições públicas, diante do crescimento da diversidade do corpo estudantil e da ampliação do acesso a partir de políticas de democratização. O aumento no número de matrículas, embora positivo em termos de equidade, não tem sido acompanhado, em muitos casos, de políticas institucionais eficazes de permanência, o que acarreta altos índices de evasão e baixo desempenho acadêmico. Tal realidade exige a reconfiguração de práticas pedagógicas e curriculares que favoreçam a aprendizagem significativa, bem como o fortalecimento de processos formativos docentes alinhados às demandas do ensino superior atual.

A escolha pelo tema justifica-se pela urgência em compreender as relações entre as políticas de formação docente e as estratégias de enfrentamento da evasão nas universidades públicas brasileiras, com foco na articulação entre inovação curricular e práticas pedagógicas. A lacuna observada na articulação entre teoria e prática, a insuficiência de políticas integradas de formação e o tratamento periférico dado à dimensão pedagógica da docência indicaram a necessidade de aprofundar essa discussão. Assim, buscou-se investigar as condições que favorecem ou dificultam a permanência estudantil, partindo da hipótese de que políticas de formação docente bem estruturadas influenciam positivamente a trajetória acadêmica dos estudantes.

A questão central que orientou esta investigação foi: 'Quais os efeitos das políticas de formação docente sobre a permanência estudantil no ensino superior público, considerando-se a articulação entre inovação curricular, práticas pedagógicas e formação por competências?' A partir desse questionamento, definiu-se como objetivo geral analisar como políticas institucionais de qualificação pedagógica impactam a permanência dos estudantes, sobretudo em cursos com maior vulnerabilidade acadêmica. Os objetivos específicos consistiram em: (1) examinar a relação entre 'inovação curricular' e 'formação por competências' como eixo de enfrentamento da evasão universitária; (2) investigar os 'desafios para a articulação entre teoria e prática' no processo de formação docente; e (3) identificar os efeitos concretos de políticas de formação sobre as 'trajetórias acadêmicas' em instituições públicas de ensino superior.

A metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, com ênfase bibliográfica, centrada na análise de produções científicas publicadas entre os anos de 2023 e 2025. As fontes foram selecionadas em bases como *Scielo* e *Google Scholar*, utilizando combinações simples de palavras-chave como 'formação docente', 'permanência estudantil', 'inovação pedagógica', 'ensino superior' e 'evasão'. Os critérios de inclusão privilegiaram textos com foco explícito na temática e com abordagem metodológica consistente. Conforme argumentam Santana e Narciso (2025), a pesquisa bibliográfica constitui-se em estratégia eficaz para identificar e discutir a contribuição de autores relevantes na área da educação. A análise do material foi realizada por meio de leitura,

categorização e sistematização das ideias, permitindo a construção de um quadro interpretativo alinhado aos objetivos do estudo.

Os referenciais teóricos selecionados permitiram a construção de uma abordagem crítica e fundamentada sobre os temas centrais do artigo. Pacheco, Tete e Monsueto (2024) ofereceram subsídios para a análise das políticas institucionais de permanência e formação docente em universidades federais, enquanto Oliveira *et al.* (2025) contribuíram com reflexões sobre a formação por competências e a necessidade de reestruturação curricular. Por sua vez, Alves, Souza e Costa (2024) abordaram experiências de inovação pedagógica e seus efeitos sobre o engajamento discente. As proposições de Almeida *et al.* (2023) permitiram contextualizar a discussão no plano internacional, sobretudo em relação às políticas de valorização da docência e de combate à evasão.

O artigo está estruturado em três capítulos temáticos, precedidos por introdução, metodologia, apresentação dos resultados e considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado 'Integração entre Inovação Curricular e Permanência Estudantil: implicações da formação por competências para a redução da evasão no ensino superior', discute como a organização curricular pode impactar positivamente a retenção dos estudantes. O segundo, 'Formação docente e inovação pedagógica: desafios para a articulação entre teoria e prática na educação básica e superior', examina os obstáculos enfrentados na formação inicial e continuada de professores, especialmente no que tange à dimensão pedagógica da prática docente. O terceiro capítulo, 'Políticas de formação docente e permanência estudantil: um estudo sobre os efeitos da qualificação pedagógica nas trajetórias acadêmicas', analisa os impactos de programas institucionais de formação sobre a permanência e o sucesso discente, com base em evidências empíricas e referenciais teóricos recentes.

Assim, o artigo está dividido em cinco seções: introdução, metodologia, desenvolvimento temático (composto pelos três capítulos já mencionados), resultados e discussões e, por fim, considerações finais. Essa estrutura permitiu o aprofundamento progressivo da análise e o cumprimento dos objetivos propostos, contribuindo para a compreensão do papel da formação docente como vetor estratégico de enfrentamento da evasão e de promoção do sucesso acadêmico no ensino superior.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo fundamentou-se na realização de uma pesquisa bibliográfica, cujo foco consistiu na análise de obras e textos acadêmicos voltados à temática da formação docente, inovação pedagógica e permanência estudantil no ensino superior. Essa escolha metodológica visou atender aos objetivos da pesquisa, que incluíram a identificação de abordagens teóricas relevantes, a comparação entre diferentes perspectivas e a discussão crítica sobre políticas e práticas relacionadas à qualificação do magistério superior. Nesse sentido, "a metodologia deste estudo

foi baseada em uma pesquisa bibliográfica, caracterizada pela análise de obras e textos publicados que tratam de metodologias científicas aplicadas à educação" (Santana; Narciso; 2025, p. 1579).

A escolha desse tipo de pesquisa justifica-se por sua adequação ao objetivo proposto, que exigia a sistematização de conhecimentos já produzidos por autores especializados na área educacional. Tal como afirmam Santana e Narciso (2025,p. 1579), "esse tipo de pesquisa foi escolhido por sua adequação ao objetivo proposto, que consistiu em identificar e discutir as contribuições de autores consagrados no campo". Trata-se, portanto, de uma abordagem que não visa produzir dados empíricos inéditos, mas interpretar e confrontar argumentos teóricos, o que foi fundamental para o aprofundamento crítico das questões analisadas ao longo do trabalho.

As etapas do processo metodológico incluíram, em primeiro lugar, a definição das palavras-chave que nortearam as buscas nas bases de dados. As expressões utilizadas foram combinadas com o auxílio de operadores booleanos simples, priorizando termos como 'formação docente', 'inovação pedagógica', 'currículo no ensino superior', 'permanência estudantil', 'evasão universitária', 'qualificação pedagógica' e 'educação superior pública'. As palavras foram selecionadas por sua frequência em estudos da área e por sua relevância para os eixos temáticos do artigo.

Em seguida, procedeu-se à busca e seleção dos materiais nas seguintes bases de dados: *Scielo* (*Scientific Electronic Library* Online), uma biblioteca digital que reúne publicações científicas de acesso aberto, com ampla representatividade na área das ciências humanas e sociais; *Google Scholar*, utilizado para ampliar o escopo de fontes relevantes; e repositórios institucionais de revistas acadêmicas como Revista Brasileira de Ensino Superior, Revista Avaliação e Revista Acadêmica Online. Os critérios de inclusão abrangeram publicações entre os anos de 2023 e 2025, com foco temático explícito em ensino superior, formação de professores e inovação pedagógica. Foram excluídos textos opinativos, resumos expandidos e materiais com ausência de fundamentação metodológica clara.

A técnica de análise utilizada consistiu na leitura integral dos textos selecionados, seguida da identificação de trechos convergentes ou divergentes com os objetivos da pesquisa. A seguir, as informações extraídas foram organizadas por eixos temáticos previamente definidos, a fim de favorecer a coerência argumentativa. Conforme destacado por Santana, Narciso e Fernandes (2025, p. 3) "a técnica de análise utilizada consistiu na leitura, seleção e organização dos materiais de acordo com sua relevância para o tema abordado". Esse procedimento favoreceu a construção de um percurso analítico fundamentado em uma abordagem crítica, permitindo o diálogo entre diferentes autores.

Por fim, a metodologia utilizada contribuiu para reafirmar a pertinência da pesquisa bibliográfica como estratégia válida para a problematização de temas estruturantes da educação superior contemporânea. Ao possibilitar a comparação entre múltiplos referenciais teóricos e a construção de uma narrativa argumentativa coerente, a abordagem escolhida revelou-se adequada para

os fins propostos. Nesse sentido, “o estudo reafirmou a importância de uma abordagem consciente e fundamentada na condução de trabalhos científicos” (Santana; Narciso; Fernandes, 2025, p. 4).

3 INTEGRAÇÃO ENTRE INOVAÇÃO CURRICULAR E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO POR COMPETÊNCIAS PARA A REDUÇÃO DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

A evasão no ensino superior representa um desafio estrutural que transcende fatores individuais, evidenciando fragilidades institucionais nos processos formativos. Nesse contexto, a discussão sobre inovação curricular, especialmente quando vinculada à formação por competências, tem emergido como estratégia relevante para enfrentar as causas da evasão de modo articulado e preventivo. A reconfiguração do currículo passa a ser concebida não apenas como reorganização de conteúdos, mas como resposta a demandas sociais, acadêmicas e profissionais contemporâneas.

A perspectiva da formação por competências propõe uma ruptura com modelos tradicionais centrados na fragmentação disciplinar e na memorização de conteúdos. Em lugar disso, busca-se promover uma aprendizagem significativa, contextualizada e orientada ao desenvolvimento de habilidades aplicáveis a situações reais. Para Oliveira *et al. (*2025), essa proposta visa integrar teoria e prática, promovendo vínculos entre o conhecimento acadêmico e os contextos de atuação profissional, o que repercute positivamente no engajamento estudantil e na sua permanência.

Em diálogo com esse entendimento, Alves, Souza e Costa (2024) apontam que cursos que adotaram práticas integradoras e flexibilização curricular apresentaram taxas mais elevadas de retenção. Essa constatação reforça a tese de que a configuração do currículo impacta diretamente na trajetória acadêmica dos estudantes, ao tornar o percurso formativo mais alinhado às suas expectativas e interesses. Entretanto, essa adequação curricular requer planejamento institucional e articulação entre setores acadêmicos, docentes e de gestão.

Por outro lado, Pacheco, Tete e Monsueto (2024) alertam para os limites de ações pontuais que não dialogam com uma política curricular consistente. Para os autores, a ausência de articulação entre o diagnóstico da evasão e a reformulação dos currículos compromete a eficácia das ações adotadas. Isso evidencia a importância de tratar o problema da evasão de forma sistêmica, considerando a relação entre organização curricular, formação docente e apoio ao estudante.

A esse respeito, destaca-se que uma das principais lacunas observadas em diversas instituições refere-se ao uso incipiente de dados sobre trajetória discente. Sem a devida utilização de informações sobre desempenho, evasão e perfil estudantil, torna-se inviável reestruturar o currículo com base em evidências. Nesse sentido, a inovação curricular deve ser acompanhada de práticas de monitoramento e avaliação contínua, que subsidiem a tomada de decisões acadêmicas informadas.

Almeida *et al.* (2023) discutem a necessidade de uma pedagogia voltada à aprendizagem ativa, ressaltando que a inovação pedagógica passou a ser reconhecida como elemento estratégico para o desempenho institucional. Entretanto, os autores também identificam obstáculos culturais e operacionais, como a resistência de parte do corpo docente e a ausência de estrutura institucional para apoiar práticas inovadoras. Essa tensão entre discurso e prática revela a complexidade da implementação efetiva de reformas curriculares.

É importante ressaltar que a inovação curricular não se limita à inserção de novas disciplinas ou tecnologias, mas envolve repensar objetivos formativos, metodologias de ensino, formas de avaliação e organização do tempo acadêmico. A articulação entre esses elementos pode criar percursos formativos mais coerentes, capazes de favorecer a permanência ao oferecer uma experiência educacional com sentido para o estudante. Nesse ponto, a formação por competências atua como eixo estruturador do currículo. A citação direta de Oliveira *et al*. (2025, p. 2) reforça essa concepção ao afirmar que,

> [...] o currículo no ensino superior vai além de um simples conjunto de competências a serem desenvolvidas pelos alunos; ele deve ser visto como um elemento dinâmico e multifacetado, composto por um conjunto de experiências significativas.

Essa afirmação corrobora a ideia de que a aprendizagem não ocorre apenas no domínio cognitivo, mas também na relação com contextos sociais e profissionais. No entanto, os efeitos dessas mudanças só se materializam quando sustentados por uma política institucional de formação docente que favoreça o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com os princípios da inovação curricular. Em muitos casos, a falta de qualificação pedagógica específica compromete a efetividade da proposta por competências. Isso implica a necessidade de reconfigurar também os processos de desenvolvimento profissional docente como parte da estratégia de combate à evasão.

Além disso, o engajamento discente está diretamente relacionado à percepção de utilidade e aplicabilidade do que é ensinado. Quando o currículo se mostra descolado da realidade, há maior propensão ao abandono. Como observam Alves, Souza e Costa (2024, p. 49), “a adaptação dos currículos às necessidades dos estudantes [...] revela-se uma medida eficaz no enfrentamento da evasão”. A personalização das trajetórias formativas, nesse sentido, pode contribuir para o fortalecimento do vínculo com a instituição.

Paralelamente, a integração entre currículo e políticas de assistência estudantil revela-se essencial. A permanência não depende exclusivamente de mudanças pedagógicas, mas também de condições materiais e psicossociais de estudo. Assim, a inovação curricular deve ser acompanhada por medidas complementares, como apoio acadêmico, programas de tutoria e políticas de inclusão. Essa abordagem integrada amplia o alcance e a eficácia das estratégias institucionais.

É nesse cenário que Pacheco, Tete e Monsueto (2024, p. 8) argumentam que “a reestruturação curricular, aliada ao apoio pedagógico e à valorização da formação por competências, constitui um eixo estratégico para enfrentar a evasão”. A citação sintetiza a articulação entre dimensão pedagógica e institucional, destacando que a permanência exige ações coordenadas em múltiplas frentes. Assim, a inovação curricular não é fim em si mesma, mas meio para assegurar um percurso formativo mais equitativo.

Apesar dos avanços registrados em algumas instituições, ainda há resistência à implementação de reformas mais profundas. A manutenção de modelos tradicionais de ensino, aliados à burocratização dos processos acadêmicos, constitui obstáculo à efetivação da formação por competências. A superação dessas barreiras requer compromisso institucional, investimentos e uma cultura de acompanhamento dos resultados educacionais.

Em conclusão, a articulação entre inovação curricular e permanência estudantil, quando fundamentada na formação por competências, representa uma estratégia promissora para reduzir a evasão no ensino superior. No entanto, seu êxito depende da integração entre diagnóstico, planejamento e práticas pedagógicas, demandando um reposicionamento institucional diante dos desafios formativos contemporâneos. A redução da evasão não se resume à retenção física do estudante, mas à oferta de um percurso acadêmico que tenha relevância, coerência e propósito.

4 FORMAÇÃO DOCENTE E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: DESAFIOS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

A articulação entre teoria e prática na formação docente constitui uma das tensões centrais na organização dos cursos de licenciatura e nos processos de desenvolvimento profissional no ensino superior. Ainda que amplamente reconhecida como essencial para a qualificação da docência, essa articulação permanece comprometida por fatores estruturais, culturais e institucionais que dificultam sua efetiva implementação. A superação dessa dicotomia exige mudanças profundas nas concepções pedagógicas, nos currículos formativos e na organização institucional.

Nesse contexto, Pacheco, Tete e Monsueto (2024, p. 7) observam que “a cultura universitária valoriza, tradicionalmente, a pesquisa e a especialização disciplinar, em detrimento da dimensão pedagógica da docência”. Tal valorização assimétrica repercute diretamente na configuração das práticas docentes, ainda fortemente marcadas por uma lógica de transmissão de conteúdos, o que compromete o desenvolvimento de competências pedagógicas orientadas à aprendizagem significativa e contextualizada.

Além disso, os autores ressaltam que as ações formativas direcionadas aos docentes do ensino superior são, na maioria das vezes, esporádicas e desvinculadas das demandas concretas de sala de aula. A ausência de políticas institucionais sistemáticas de formação pedagógica reflete-se na

dificuldade de muitos professores em adaptar suas metodologias às necessidades do público discente. Conforme destacam os mesmos autores, muitos docentes não estão preparados para lidar com a heterogeneidade estudantil ou para incorporar abordagens pedagógicas centradas no aluno (Pacheco; Tete; Monsueto, 2024).

Paralelamente, Oliveira *et al.* (2025) enfatizam que o novo perfil docente demandado pelos currículos inovadores deve transcender o domínio de conteúdos disciplinares. Para esses autores, o professor deve atuar como mediador da aprendizagem, integrando saberes acadêmicos e cotidianos, e promovendo práticas pedagógicas alinhadas às experiências dos estudantes. Trata-se, portanto, de romper com modelos formativos centrados na exposição de conteúdos e de promover uma pedagogia dialógica e participativa.

Entretanto, a efetivação dessa proposta enfrenta barreiras significativas, especialmente quando as estruturas institucionais não favorecem a reflexão sobre a prática pedagógica. A crítica de Pacheco, Tete e Monsueto (2024, p. 8) é elucidativa ao afirmar,

> [...] a qualificação docente deveria estar associada a políticas institucionais de apoio à permanência, mas, na prática, as ações de formação são esporádicas, fragmentadas e, muitas vezes, descoladas da realidade enfrentada pelos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Isso demonstra a desconexão entre o planejamento formativo e os desafios concretos vivenciados pelos docentes. De maneira convergente, Alves, Souza e Costa (2024) apontam que as práticas pedagógicas tradicionalmente centradas na exposição e na avaliação quantitativa ainda predominam em diversos cursos, dificultando a inovação e a construção de aprendizagens significativas. A desarticulação entre currículo, avaliação e realidade discente contribui para o distanciamento entre o que se ensina e o que se aprende, acentuando as dificuldades na permanência e no engajamento estudantil.

Por sua vez, Almeida *et al.* (2023) defendem que a institucionalização da inovação pedagógica passa pela criação de estruturas de apoio permanentes nas universidades. Para os autores, a existência de núcleos voltados à formação docente e à experimentação metodológica representa uma condição indispensável para atender à diversidade dos estudantes e para fomentar uma cultura pedagógica baseada em evidências e práticas reflexivas. No entanto, alertam que a efetividade dessas estruturas depende do reconhecimento da docência como dimensão central da vida universitária.

Nesse sentido, destaca-se que o desenvolvimento profissional docente não pode ser reduzido a ações pontuais de capacitação, mas deve ser compreendido como um processo contínuo e situado. Oliveira *et al.* (2025, p. 5) argumentam que,

> [...] a formação inicial dos professores, muitas vezes centrada em modelos tradicionais, precisa ser repensada à luz das exigências de uma docência comprometida com a construção de saberes contextualizados e com a transformação da realidade educacional.

Essa reformulação exige a integração entre momentos teóricos e experiências práticas, com acompanhamento pedagógico qualificado. Além disso, Alves, Souza e Costa (2024) evidenciam, por meio de estudos de campo, que docentes que adotam metodologias ativas e diversificadas conseguem promover maior engajamento discente e reduzir taxas de evasão. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, oficinas interdisciplinares e estudos de caso são exemplos de práticas que articulam teoria e prática, favorecendo aprendizagens contextualizadas e a construção de vínculos mais significativos entre os alunos e o conteúdo.

Ainda assim, a articulação entre teoria e prática permanece como um desafio recorrente na estrutura curricular dos cursos de licenciatura. Embora as diretrizes nacionais apontem para a importância de estágios supervisionados e práticas integradoras, muitos cursos mantêm uma separação rígida entre disciplinas teóricas e momentos de intervenção pedagógica. Essa fragmentação impede que os futuros docentes compreendam a complexidade do ato de ensinar em contextos reais.

Por conseguinte, a superação dessa dicotomia exige uma reconfiguração curricular que reconheça a prática como instância formadora e promotora de conhecimento. Como afirmam Oliveira *et al.* (2025, p. 5), "a articulação entre teoria e prática no processo formativo deve constituir um eixo estruturante dos cursos de formação docente". Tal proposição implica uma revisão das concepções de conhecimento profissional, que não pode ser entendido como mera aplicação de teorias, mas como construção situada em contextos específicos.

A esse respeito, Almeida *et al.* (2023, p. 246-247) formulam uma crítica incisiva à desprofissionalização da docência e à marginalização da dimensão pedagógica frente à pesquisa. Para os autores,

> [...] as questões de natureza pedagógica ainda enfrentam diversidade de dificuldades de concretização efetiva [...], um ensino sujeito à arbitrariedade do empenho dos docentes no enriquecimento da sua prática pedagógica.

Essa constatação reforça a necessidade de uma política institucional mais clara e articulada de valorização da docência. A despeito das dificuldades, algumas universidades têm demonstrado avanços na institucionalização de espaços de formação e apoio à inovação pedagógica. Esses avanços, embora ainda incipientes, indicam uma mudança gradual no reconhecimento da importância da formação docente contínua como componente essencial da qualidade educacional. Tais iniciativas precisam, contudo, ser ampliadas e articuladas com as demais dimensões da política educacional.

Em resumo, a articulação entre teoria e prática na formação docente requer mais do que ajustes metodológicos: ela pressupõe a construção de uma nova cultura acadêmica, pautada pela valorização da docência, pela reflexão crítica e pelo compromisso com a equidade. A superação dos desafios apontados pelos autores exige um esforço coletivo das instituições de ensino, dos formuladores de

políticas e dos próprios docentes na construção de percursos formativos coerentes com as exigências contemporâneas da educação.

5 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DA QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA NAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

A relação entre políticas de formação docente e permanência estudantil tem sido objeto de crescente atenção por parte da literatura especializada, sobretudo diante do aumento dos índices de evasão em cursos de graduação. As evidências empíricas apontam que a qualificação pedagógica do corpo docente representa uma variável significativa na explicação dos resultados formativos, especialmente em contextos de vulnerabilidade acadêmica. Assim, torna-se relevante analisar em que medida a capacitação docente pode influenciar a permanência discente ao longo da trajetória universitária. Inicialmente, Pacheco, Tete e Monsueto (2024, p. 6) destacam que,

> [...] observou-se que universidades com programas estruturados de capacitação pedagógica para docentes apresentaram menor índice de evasão nos cursos com maior vulnerabilidade acadêmica.

Essa constatação revela que a formação contínua do professor ultrapassa a dimensão técnico-metodológica, assumindo papel estratégico na criação de ambientes educacionais mais acolhedores e responsivos às demandas estudantis. Embora parte das instituições de ensino superior apresente iniciativas de qualificação docente, essas ações nem sempre se articulam de modo orgânico às políticas institucionais de permanência. Como observam os mesmos autores, apenas 38% das universidades analisadas indicaram possuir programas regulares voltados a práticas pedagógicas, o que limita o alcance de estratégias mais amplas de enfrentamento à evasão (Pacheco; Tete; Monsueto, 2024). Essa fragmentação compromete o alinhamento entre currículo, docência e permanência estudantil.

De forma complementar, Oliveira *et al.* (2025) argumentam que a qualificação pedagógica é indispensável para a efetivação de currículos inovadores, pois possibilita o envolvimento criativo dos docentes na mediação da aprendizagem. A ausência de ações formativas sistemáticas compromete não apenas a implementação da formação por competências, mas também o acolhimento e o acompanhamento dos estudantes em suas dificuldades acadêmicas. Segundo os autores, a permanência está diretamente relacionada à qualidade das interações entre docentes e discentes, o que reforça a centralidade da docência nesse processo.

Além disso, Alves, Souza e Costa (2024) enfatizam que o impacto da formação docente sobre a permanência se expressa tanto na adaptação de metodologias quanto na ampliação de práticas colaborativas. Os autores ressaltam que professores capacitados conseguem identificar com maior

precisão os obstáculos enfrentados pelos alunos e propor estratégias mais eficazes de apoio, como tutorias e oficinas integradas ao ensino (Alves; Souza; Costa, 2024).

Sob outro enfoque, Almeida *et al.* (2023) sublinham a importância da existência de políticas públicas que incentivem a institucionalização da pedagogia no ensino superior. Em uma abordagem propositiva, os autores defendem a necessidade de tratar a formação docente como prioridade estratégica, o que implica rever os processos de recrutamento, valorizar credenciais pedagógicas e integrar o conhecimento didático ao léxico institucional das universidades. Segundo os autores,

> chega-se assim ao passo decisivo da conjectura e reforço de políticas públicas impulsionadoras de uma pedagogia inovadora no ensino superior em Portugal, enquanto instrumento da equidade, do combate ao abandono e às desigualdades e da qualidade das aprendizagens (Almeida *et al.*, 2023, p. 258).

Essa perspectiva permite compreender que a permanência discente não se reduz ao acompanhamento individual dos estudantes, mas depende da constituição de uma ambiência institucional comprometida com o desenvolvimento profissional docente e com a qualidade do processo educativo. A esse respeito, Oliveira *et al.* (2025) defendem que o fortalecimento de políticas institucionais de valorização da docência constitui condição indispensável para a melhoria dos indicadores de conclusão dos cursos.

Em contraponto, Pacheco, Tete e Monsueto (2024) alertam que, apesar de avanços pontuais, a inexistência de diretrizes nacionais articuladas compromete a efetividade das ações locais de formação docente. Para os autores, o alcance limitado dessas iniciativas decorre da falta de articulação entre esferas administrativas e da inexistência de avaliação sistemática dos programas formativos. Assim, políticas isoladas tendem a não produzir efeitos sustentáveis sobre as trajetórias acadêmicas dos estudantes.

Por outro lado, dados empíricos reunidos por Alves, Souza e Costa (2024) indicam que ações integradas de formação, quando articuladas a programas de permanência, geram ambientes de aprendizagem mais inclusivos. A pesquisa evidenciou que iniciativas como mentorias, apoio psicopedagógico e tutoria docente foram associadas à redução das taxas de evasão e à melhoria da qualidade das interações pedagógicas. Tais resultados reforçam a tese de que a permanência não se sustenta sem a qualificação do corpo docente.

Conforme apontado por Oliveira *et al.* (2025), é imprescindível que os programas de formação propiciem espaços de reflexão crítica sobre a prática docente, favorecendo a incorporação de novas abordagens metodológicas e a compreensão da avaliação como processo formativo. Ainda que nem todos os professores tenham formação pedagógica inicial, a qualificação contínua constitui caminho viável para o aprimoramento do ensino e o fortalecimento da permanência estudantil.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que a permanência não pode ser concebida como responsabilidade exclusiva dos estudantes, mas como resultado da interação entre condições institucionais, qualidade docente e políticas públicas. A formação do professor como mediador pedagógico torna-se, assim, elemento chave para a compreensão e enfrentamento da evasão, principalmente nos primeiros semestres, quando a adaptação ao ensino superior se mostra mais crítica.

Sob essa ótica, Almeida *et al.* (2023) argumentam que o desenvolvimento de modelos pedagógicos alinhados à equidade exige o financiamento de projetos de pesquisa voltados à inovação didática. A proposição dos autores implica uma visão ampliada da política educacional, na qual o ensino, a formação docente e a produção de conhecimento estejam articulados a um projeto institucional comprometido com o sucesso acadêmico dos estudantes.

Além disso, a análise de Pacheco, Tete e Monsueto (2024) revela que o descompasso entre conteúdos ministrados e capacidade de acompanhamento dos estudantes nos primeiros semestres é fator de risco para a evasão. Tal constatação reforça a importância de práticas pedagógicas mais inclusivas, construídas a partir de uma formação docente sensível à diversidade do corpo discente e às especificidades do processo de aprendizagem. A esse respeito, Alves, Souza e Costa (2024, p. 57) afirmam que,

> [...] a formação pedagógica dos docentes, quando alinhada às políticas institucionais de permanência, contribui significativamente para a criação de ambientes mais inclusivos, colaborativos e responsivos às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade acadêmica ou social.

A citação curta destaca o caráter estratégico da qualificação docente para o desenvolvimento de práticas educacionais mais equitativas. Ainda assim, observa-se que a maioria das instituições carece de mecanismos permanentes de avaliação da eficácia de seus programas formativos. A ausência de indicadores específicos dificulta o monitoramento e o aprimoramento contínuo das ações de capacitação docente, comprometendo sua articulação com os objetivos de retenção e sucesso estudantil.

Por conseguinte, torna-se indispensável integrar os programas de formação a uma política institucional mais ampla, pautada na valorização da docência como eixo estruturante da permanência. Como sustenta Oliveira *et al.* (2025), o investimento em qualificação pedagógica deve ser contínuo e articulado à gestão curricular e às práticas de acompanhamento discente.

Por fim, é necessário reconhecer que a permanência estudantil é fenômeno multifatorial, mas que passa, necessariamente, pela formação de professores capazes de interpretar os desafios educacionais contemporâneos e de intervir de maneira qualificada no processo de ensino-aprendizagem. A qualificação docente, nesse cenário, constitui não apenas uma política de valorização profissional, mas uma estratégia de democratização do acesso e da permanência no ensino superior.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados permitiu identificar que a formação docente, quando concebida como política institucional articulada e contínua, exerce influência significativa sobre os índices de permanência estudantil no ensino superior. As evidências reunidas indicam que universidades que desenvolvem programas estruturados de capacitação pedagógica apresentam menores taxas de evasão, sobretudo nos cursos com maiores índices de vulnerabilidade acadêmica. Tal achado reforça a hipótese de que o desempenho discente está fortemente associado à qualidade das práticas de ensino e à capacidade de mediação pedagógica do corpo docente.

Nesse sentido, constatou-se que iniciativas de formação voltadas ao desenvolvimento de competências pedagógicas — especialmente aquelas relacionadas à avaliação formativa, à mediação do processo de aprendizagem e ao uso de metodologias ativas — favorecem o engajamento estudantil e promovem uma ambiência mais propícia à permanência. Esses resultados dialogam com os apontamentos de Oliveira *et al.* (2025), para quem a qualificação docente constitui vetor estratégico na implementação de currículos inovadores e no fortalecimento de relações pedagógicas inclusivas.

Outro aspecto relevante diz respeito à correlação positiva entre políticas de formação e a oferta de dispositivos de apoio ao estudante, tais como tutorias, mentorias acadêmicas e oficinas de nivelamento. Conforme argumentam Pacheco, Tete e Monsueto (2024), tais dispositivos não apenas mitigam os efeitos das desigualdades educacionais preexistentes, mas também potencializam o efeito das práticas docentes sobre a aprendizagem. Assim, a qualificação pedagógica amplia a capacidade dos professores de identificar vulnerabilidades e propor estratégias de intervenção compatíveis com as demandas do público atendido.

No entanto, os resultados também evidenciaram limites estruturais e culturais à expansão dessas políticas formativas. Em muitos casos, as ações de capacitação docente permanecem pontuais, não integradas aos processos de planejamento acadêmico ou à avaliação institucional. Essa desarticulação compromete a eficácia das medidas adotadas, conforme discutido por Alves, Souza e Costa (2024), que observam a dificuldade das instituições em alinhar os objetivos pedagógicos aos indicadores de permanência. Essa limitação aponta para a necessidade de um redesenho institucional mais amplo, que considere a formação docente como dimensão estratégica e não como atividade periférica.

Outro elemento a ser destacado diz respeito à ausência de políticas nacionais integradas de formação pedagógica no ensino superior. A lacuna normativa compromete a difusão de boas práticas e limita a indução de ações articuladas em escala nacional. Esse diagnóstico converge com a análise de Almeida *et al.* (2023), ao destacar que o fortalecimento da pedagogia universitária requer políticas públicas que integrem capacitação, valorização docente e desenvolvimento de práticas inovadoras.

Sem diretrizes claras e incentivo estatal, as iniciativas formativas tendem a depender da iniciativa de setores isolados nas instituições, o que compromete sua sustentabilidade e abrangência.

Alguns resultados, contudo, apresentaram descompassos que exigem reflexão. Em determinadas instituições, mesmo com programas de formação docente em curso, não se verificou impacto significativo sobre os indicadores de permanência. Essa aparente incongruência pode ser explicada, em parte, pela ausência de monitoramento e avaliação das ações formativas, bem como pela resistência cultural à mudança de práticas pedagógicas tradicionalmente consolidadas. Conforme apontam Pacheco, Tete e Monsueto (2024), a cultura universitária tende a valorizar a pesquisa em detrimento da docência, o que limita o reconhecimento da pedagogia como campo legítimo de investimento institucional.

Além disso, a natureza voluntária de muitos programas de formação faz com que sua adesão seja restrita, dificultando a disseminação de abordagens inovadoras. Essa limitação é enfatizada por Oliveira *et al.* (2025), ao argumentar que, sem dispositivos regulatórios que incluam a formação à progressão na carreira, a participação docente permanece desigual e descontínua. Tais fatores contribuem para explicar os resultados inesperados observados em algumas instituições, nas quais as práticas pedagógicas permaneceram inalteradas, mesmo diante da oferta de oportunidades formativas.

A partir desses achados, sugere-se que futuras pesquisas explorem em maior profundidade os fatores que mediaram a efetividade das políticas de formação docente na promoção da permanência. Estudos longitudinais, com análise de trajetórias acadêmicas e cruzamento de dados quantitativos e qualitativos, poderiam oferecer subsídios mais robustos à formulação de políticas públicas. Ademais, investigações comparativas entre instituições com diferentes níveis de institucionalização da formação pedagógica poderiam contribuir para identificar variáveis intervenientes ainda pouco exploradas na literatura.

Também se recomenda o aprofundamento das análises sobre o impacto das metodologias formativas adotadas, uma vez que nem todas produzem os mesmos efeitos. A literatura aponta para a superioridade de abordagens reflexivas e colaborativas em relação a modelos prescritivos ou tecnicistas. Desse modo, o delineamento metodológico dos programas de capacitação deve ser objeto de escrutínio mais rigoroso nas pesquisas futuras.

Finalmente, destaca-se a importância de considerar as especificidades regionais e institucionais nos estudos sobre formação docente e permanência, evitando generalizações apressadas. O contexto social, econômico e educacional em que cada instituição se insere condiciona a recepção, a implementação e os efeitos das políticas formativas. Assim, análises contextualmente situadas podem contribuir para uma compreensão mais precisa dos desafios e possibilidades envolvidos na articulação entre formação docente e sucesso acadêmico.

7 CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido permitiu compreender, com base na análise de referenciais teóricos e dados empíricos, a relevância da formação docente e da inovação pedagógica como dimensões estruturantes das políticas institucionais voltadas à permanência estudantil no ensino superior. As perguntas formuladas na introdução e aprofundadas na metodologia, relativas à articulação entre currículo, práticas pedagógicas e retenção discente, puderam ser respondidas a partir da sistematização de evidências que demonstram a influência direta da qualificação docente sobre os indicadores de sucesso acadêmico.

Em relação aos objetivos propostos, verificou-se que todos foram plenamente atendidos. O primeiro objetivo, que consistia em analisar as implicações da formação por competências na estruturação de currículos voltados à permanência, foi atingido por meio da identificação de práticas curriculares que favorecem a aprendizagem significativa e a redução da evasão. O segundo objetivo, voltado à investigação dos desafios enfrentados pelos docentes na articulação entre teoria e prática, foi abordado a partir da constatação de lacunas formativas e da resistência institucional à inovação pedagógica. O terceiro objetivo, referente aos efeitos das políticas de formação docente sobre as trajetórias acadêmicas dos estudantes, foi analisado com base em evidências que apontam a correlação entre programas formativos estruturados e índices mais altos de permanência.

As principais conclusões do estudo indicam que a permanência estudantil não pode ser compreendida de forma dissociada da atuação docente, da qualidade das práticas pedagógicas e da organização curricular. Programas de formação docente continuada, articulados às políticas de apoio ao estudante, demonstram impacto positivo sobre o engajamento e a trajetória dos discentes. No entanto, persistem obstáculos institucionais, como a desvalorização da dimensão pedagógica da docência, a ausência de diretrizes nacionais de formação e a fragmentação das iniciativas existentes.

Com base nas lacunas identificadas ao longo da pesquisa, recomenda-se o desenvolvimento de estudos que investiguem de forma comparativa os efeitos de diferentes modelos de formação docente sobre a permanência discente, considerando variáveis institucionais, regionais e socioculturais. Sugere-se também a realização de pesquisas longitudinais que articulem indicadores quantitativos e qualitativos de permanência, a fim de mapear com maior precisão os fatores que mediam a eficácia das políticas formativas. Além disso, seria pertinente aprofundar o estudo de experiências exitosas de inovação pedagógica institucionalizada, com vistas à identificação de práticas replicáveis em outros contextos.

Dessa forma, o presente estudo contribui para o debate sobre a permanência estudantil ao evidenciar que a formação docente, quando pensada de forma articulada com o projeto institucional e com a dinâmica do ensino superior, constitui fator decisivo para a construção de ambientes de aprendizagem mais equitativos, inclusivos e academicamente sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; GONÇALVES, S.; RAMOS, J.; REBOLA, F. Inovação pedagógica no ensino superior: cenários e caminhos de transformação. Braga: A3ES, 2023.

ALVES, R.; SOUZA, M.; COSTA, L. Retenção discente no ensino superior: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Revista Brasileira de Ensino Superior, v. 10, n. 2, p. 45-62, ago. 2024.

OLIVEIRA, D. J. L. de; MARTINS, E. M.; SILVA, H. R.; COSTA, J. M. L.; FREITAS, M. E. S.; RIBEIRO, W. da S. Currículos inovadores no ensino superior: desafios e perspectivas na formação por competências. Revista Acadêmica Online, v. 11, n. 55, p. 1-8, 2025.

PACHECO, A. S. V.; TETE, M. F.; MONSUETO, S. E. Ações de combate à evasão estudantil na educação superior. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 29, e024026, 2024.

SANTANA, A. C. A.; NARCISO, R. P. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. ARACÊ, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 1, e13333,2025.